



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 1462 / 24

Rubrica: [assinatura] Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 7bb4c4db-53fc-49e0-9f04-67623339ae7d

Protocolo: Processo Requerimento Nº 001462/2024

Data: 22/01/2024 09:51:06

Origem: TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS
BIOMÉDICOS LTDA-ME
*** contatos indisponíveis ***

Contato: TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS
BIOMÉDICOS LTDA-ME
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 22/01/2024 09:51:19	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica**■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

Código da UASG: 985867
Pregão Eletrônico nº 242/2023
Processo Administrativo nº 15.980/2021

Prezado Senhor;

TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.922.238/0001-90, já qualificada nos autos do processo, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. Marcelo Alves Pereira, inscrito no CPF sob o nº 103.096.567-61, portador da cédula de identidade nº 020.176.255-6 DETRAN/RJ, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, jurisprudências relativas a legislação pertinente; e nas exigências estabelecidas no Edital do certame em epígrafe, vem, através do presente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão de habilitação da empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, pelas razões e fatos que passo a expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Salienta-se que declarado o vencedor o direito a recorrer da decisão de habilitação ou inabilitação é de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, e igual período para apresentação das contrarrazões com início da contagem a partir do término do prazo da recorrente e vistas aos autos. Portanto, em razão da abertura do prazo no dia no dia 15 de janeiro de 2024, o presente recurso encontra-se tempestivo.

II - DAS RAZÕES**a) DAS IRREGULARIDADES NA ANÁLISE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Trata-se de pregão eletrônico cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA e PREVENTIVA com UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, TÉCNICAMENTE QUALIFICADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES, REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (OS VALORES DE PEÇAS SERÃO RESSARCIDOS DE ACORDO COM SUA UTILIZAÇÃO E DENTRO DO LIMITE APROVADO).

Ao realizar a leitura do instrumento convocatório em referência, todas as licitantes ficam cientes que devem seguir as regras do edital e apresentar toda documentação exigida no instrumento convocatório, para fins de habilitação, conforme estabelece o item 18 do edital.

Dentre as exigências chamo a atenção para o item 22.1.2, do edital, onde a empresa BRASILTEC, apresentou documentos suspeitos para atendimento da exigência deste item. Vale destacar, que o item 22.1.2, do edital, diz respeito a qualificação técnica da licitante, ou seja "qualificação técnica operacional", que se refere exclusivamente a pessoa jurídica. Analisando a documentação apresentada pela BRASILTEC, nota-se que os únicos atestados emitidos em nome da BRASILTEC, foram emitidos pelo HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO, HOSPITAL MUNICIPAL JESUS e HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS, chama a atenção que os atestados foram todos emitidos na correria a um ou dois dias da data da abertura da sessão pública, e o fato mais relevante é que além de não atender o exigido no edital, não consta no diário oficial da Prefeitura do Rio registros/publicações de contrato de prestação de serviços informado no atestado firmado entre a Prefeitura do Rio e a BRASILTEC, basta consultar a partir de 2020 até 2024, através do link <http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/contratos-por-favorecido#titulo>, ao consultar o diário oficial do município no site <https://doweb.rio.rj.gov.br/>, também não consta registros de contratos firmados entre a BRASILTEC e PREFEITURA DO RIO, de serviços de "engenharia clínica" e/ou "manutenção de equipamentos médicos", somente de pequenos serviços que nada tem haver com aquilo que está descrito no atestado. Ao contrário do que ocorre com a BRASILTEC, se inserir o CNPJ da TECNOMED na consulta dos links informados, os dados serão abertos aparecendo diversos contratos que a empresa firmou com a Prefeitura do Rio. Os atestados apesar de não comprovar a qualificação técnica da empresa, inclusive o emitido pelo HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS, eles tem indícios que foi montado às pressas para atender o item 22.1.2 do edital, só pelo valor dos serviços que consta nos atestados, já comprova que com aquele valor não se executa um serviço de engenharia clínica semelhante ao escopo do objeto licitado. Vale destacar, que a empresa RIOMED, CNPJ 40.265.506/0004-90, está mais uma vez envolvida Nessa trama, sendo representada pelo Sr. Walmir Mendes de Brito, que é irmão do sócio da BRASILTEC o Sr. Valdir Mendes de Brito, tentou impugnar o item 22.1.2, conforme consta no comprasnet (Impugnação 29/12/2023 13:21:52), a RIOMED, solicitou em sua petição, que seja retirada a exigência de qualificação técnica operacional e com a sua dificuldade de interpretar a legislação, confunde a não obrigatoriedade da capacidade técnica operacional ser averbada no CREA, conforme o art. 55 da Res-Confea 1.025/2009 e Acórdão TCU 470/2022, com a obrigação de comprovar no pregão a capacidade técnica operacional da licitante e tenta passar que o TCU, afirma ser irregular a exigência da capacidade técnica da licitante, contudo o Pregoeiro inteligentemente negou total provimento (Resposta 29/12/2023 13:21:52). É sábio

que o ato de impugnar um edital é um direito garantido, porém, causa estranheza uma empresa da grandeza da RIOMED, com mais de 30 (trinta) anos de mercado, que executou e executa vários contratos de engenharia clínica de grande porte, estar preocupada com um item do edital que ela atende de sobra, mas deve estar tentando habilitar a BRASILTEC, como tentou habilitar a empresa WC, com atestados emitidos na correria no pregão 216/2022, desta municipalidade. Mas como a impugnação foi indeferida, conclui-se, que a BRASILTEC, criou os atestados com o mesmo objeto e escopo que foi licitado, porém, na realidade os serviços de engenharia clínica nunca foram executados.

Processo N°. 1462 / 04
Rubrica 8 Fls: 4

A RIOMED, não pode negar a sua relação com a BRASILTEC, os responsáveis técnicos da BRASILTEC são todos funcionários da RIOMED, da mesma forma que foi informado no contrarrecurso do PE 216/2022, desse mesmo processo, que os responsáveis técnicos da WC COMÉRCIO, são todos funcionários da RIO MED, CNPJ: 40.265.506/0004-90, só solicitar vistas dos processos de pagamentos dos clientes da RIOMED na esfera pública, com base na lei da transparência, que os holerites dos funcionários constam em alguns ou em vários processos simultaneamente, compondo 30 dias da medição do mês, com essa informação, agora temos um fato novo no mercado, que além da WC COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA em nome da esposa do dono da RIOMED, CNPJ: 40.265.506/0004-90, como também a INOVA MED LTDA, CNPJ: 44.606.967/0001-97, está em nome do cunhado do dono da RIOMED, que é irmão de sua esposa, agora temos a BRASILTEC em nome do seu irmão, tentando a mesma prática que a WC COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, aplicou no PE 216/2022, atrapalhando o bom andamento deste mesmo processo.

Portanto, voltando a narrativa dos atestados em comento, caso seja constatado que os atestados são falsos, fica configurado a prática de fraude à licitação (TCU- AC.1106/18-P), acórdãos 27/13, 2988/13 e 2677/14. Quanto aos demais cats/art/atestados apresentados pela BRASILTEC (CAT 97129/2018, CAT 45186/2022 e CAT 101558/2021), eles só atendem as exigências do item 22.2, tendo em vista, que a BRASILTEC não aparece como executante dos serviços.

Toda via, outro fato que vale destaque, é saber como a BRASILTEC conseguiu executar serviços de Engenharia Clínica, a partir de Janeiro/2021, se ela só foi registrada no CREA, em 03/05/2021, conforme descrito em sua certidão de registro junto ao CREA/RJ nº 2278/2024, e como ela conseguiu manter os serviços após 20/09/2021, com a saída do profissional JORGE LUIZ PEREIRA DA COSTA, visto, que o profissional LUCIANO RODRIGUES DE ASSUNCAO, que foi incluso em 15/09/2021 e saiu do quadro técnico em 02/02/2023 é Engenheiro Sanitarista/Ambiental, não possuindo habilitação para serviços de engenharia elétrica/elettrônica e mecânica. Analisando as datas de saída e entrada dos Responsáveis Técnicos, conclui-se, que a BRASILTEC ficou todo ano de 2022, sem engenheiro com habilitação para execução dos serviços que ela apresentou atestados, o profissional MICHEL FRANKLIN PEREIRA SILVESTRE, só foi incluso em 27/02/2023, e permaneceu na empresa somente por 03 (três) meses, e o profissional LEONARDO DE MATTOS AMBROSINI foi incluso em 11/07/2023, e permaneceu na empresa somente por 04 (quatro) meses, a BRASILTEC só voltou a ter engenheiro em seu quadro técnico em 28/11/2023, porém, consta nos atestados que os engenheiros foram responsáveis técnicos de Janeiro a Dezembro dos anos de 2021, 2022 e 2023, a conta não bate o único profissional que ficou mais de 12 (doze) meses na BRASILTEC, é o LEONARDO, e ele só tem habilitação profissional no ramo de engenharia sanitária e ambiental. Da mesma forma a empresa só emitiu sua primeira autorização do IPEN, em 11/12/2023, e como executa serviços de engenharia clínica desde 2021.

Desta forma nota-se que a empresa não logra êxito em atender as exigências de qualificação técnica, ou seja, uma vez que a licitante possui atestados suspeitos que precisam ter sua veracidade confirmada através de diligências. Saliento ainda o risco para a execução do serviço, vez que a empresa não comprova que consegue executar o serviço de forma satisfatória colocando em risco o interesse da Administração Pública bem como dos cidadãos que usufruem do serviço, este têm sido o posicionamento dos Tribunais:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE. POSSIBILIDADE. PONTUAÇÃO NÃO ATINGIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 01. A Administração Pública pode exigir certa rigidez na capacitação técnica das empresas, a fim de atender ao interesse público - a exemplo de experiência anterior na execução de um objeto idêntico àquele licitado -, desde que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto, o que ocorre normalmente nos contratos de grande vulto, de extremo interesse para os administrados. (AREsp 1144965/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017) 02. Agravo de instrumento prejudicado. 02. A exigência, prevista em Edital, tem por fundamento a comprovação da qualificação técnica dos participantes da licitação, a fim de se verificar se a empresa participante do certame possui ou não condições de realizar o serviço objeto da licitação, de forma a evitar que empresas sem experiência na execução da obra ou na prestação de serviço inviabilizem, por incapacidade técnica, a execução do contrato. (TRF-1 - AMS: 00089293620094013300, Relator: JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data de Julgamento: 29/10/2018, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 13/12/2018)

III - DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgada totalmente PROCEDENTE o referido recurso, para fins de:

- 1) Inabilitar a BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, em razão da falta de comprovação de capacidade técnica;
- 2) O Sr. Pregoeiro solicite a BRASILTEC cópia dos contratos, notas de empenhos, notas fiscais e publicação no diário oficial dos contratos firmados descritos nos atestados.
- 3) Seja feita a diligência nos atestados de capacidade técnica aqui citados e comprovando sua falsidade, o Sr. Pregoeiro deve aplicar as penalidades cabíveis, caso contrário cometerá o crime de prevaricação;
- 4) Todavia, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, requer a remessa do recurso à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º. do artigo 109 da Lei

Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º, do artigo 113 da supracitada Lei.

Processo N°:	1462 / 24
Rubrica	Fls: 5

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2024.

Marcelo Alves Pereira
Diretor

Fechar

▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

CONTRA RAZÃO :

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

Pregão Eletrônico nº 242/2023
Processo Administrativo nº 15.980/202

BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.727.332/0001-30, já qualificada nos autos do processo, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. Roberto Luiz de Lima, inscrito no CPF sob o nº 597.963.917.91, portador da cédula de identidade nº 05.404.955 Detran/RJ, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, jurisprudências relativas a legislação pertinente; e nas exigências estabelecidas no Edital do certame em epígrafe, vem, através do presente apresentar suas:

CONTRARRAZÕES

às alegações formuladas pela recorrente TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA inconformada com a habilitação da recorrida no certame em epígrafe, expondo suas razões como se segue:

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Salienta-se que declarado o vencedor o direito a recorrer da decisão de inabilitação ou habilitação é de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, e igual período para apresentação das contrarrazões com início da contagem a partir do término do prazo da recorrente e vistas aos autos. Portanto, o prazo da recorrente terminou às 23:59 do dia 17/01/2024, e o prazo da recorrida começou a contar a partir de 18/01/2024, com limite para apresentação das contrarrazões até às 23:59 do dia 22/01/2024.

II - DOS FATOS:

Preliminarmente, cumpre-nos evidenciar que os fundamentos invocados no recurso apresentado são desprovidos de sustentação fática, objetivando não apenas turbar o cenário licitatório, mas também erigir-se como um instrumento pessoal de revanche do representante da Tecnomed, Sr. Marcelo, contra todos aqueles que, no delírio de sua mente, tenham suscitado qualquer forma de desagrado.

Pois bem. Conforme será demonstrado a seguir, os argumentos da recorrente não encontram qualquer amparo no ordenamento jurídico vigente, razão pela qual devem ser relevados ao oblívio.

Ademais, a referida empresa tenta desqualificar a BRASILTEC, quanto a sua capacidade técnica, sendo válido recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional.

O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado

Ilustre Pregoeiro, é muito clara a distinção feita pelo próprio edital entre os tipos diversos de qualificação técnica que devem ser demonstradas, de forma concomitante, pelos licitantes, quais sejam a operacional e a profissional.

a) SOBRE AS ALEGAÇÕES DE IRREGULARIDADES NA ANÁLISE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Quanto às datas de emissão dos atestados de capacidade:

Cumpramos ressaltar que os atestados de capacidade técnica não ostentam natureza de documentos estáticos, de "gaveta", sendo elaborados conforme as necessidades circunstanciais, o que não macula, de modo algum, a legitimidade desses instrumentos. A comprovação dos serviços prestados não se restringe exclusivamente aos mencionados atestados, podendo estender-se à apresentação de notas fiscais, bem como à realização de diligências presenciais.

A Brasiltec, prestadora de serviços ao Hospital Maternidade Herculano Pinheiro desde o ano de 2019, conta com a supervisão direta do Sr. Ricardo Antônio Pereira, diretor administrativo, que acompanha a execução dos serviços. No Hospital Municipal Jesus, a prestação de serviços teve início em 2023, e a Sra. Luciana Alegretti, diretora, está apta a testemunhar a qualidade dos serviços oferecidos. No Hospital do Coração, a prestação de serviços remonta a 2020, sendo supervisionada pelo Sr. Rafael Pereira, Chefe de Manutenção. Quanto ao Hospital Municipal Rocha Maia, a prestação de serviços iniciou-se em 2017, com a supervisão do Sr. Geraldo Oliveira, diretor. Em todos os casos, é viável a condução de diligências e vistorias para a efetiva comprovação da execução dos serviços.

b) Da não localização da publicação no diário oficial da prefeitura do Rio:

Os entes da municipalidade do Rio de Janeiro, nos quais se executaram os serviços e que emitiram os certificados correspondentes, encontram-se dotados de recursos oriundos do Sistema Descentralizado de Pagamento (SDP). Estes recursos estão sujeitos à prerrogativa da autotutela, significando que a instituição em questão é investida da responsabilidade integral pela gestão de seus meios financeiros e atividades, prescindindo, assim, da obrigação de realização de procedimento licitatório.

A accountability se materializa mediante o trâmite do Processo de SDP, onde são minuciosamente consignados todos os detalhes imperativos em conformidade com as normas legais vigentes. A divulgação pertinente ocorre no sítio eletrônico <https://processo.rio/>, sendo conduzida pela Gerência de Administração da Prefeitura (GAD), entidade incumbida da disseminação de informações e que se responsabiliza pela publicação mediante a atribuição do número do processo SDP, o qual abarca todas as atividades a serem submetidas à prestação de contas no período correspondente.

Dessa forma, insta salientar que a pesquisa e identificação devem ser conduzidas mediante a referência ao número do processo, e não ao nome da entidade prestadora de serviços. Tal circunstância, caso desconhecida por uma empresa que alardeia sua perícia na prestação de serviços à municipalidade, denota ou ineptidão, se desconhecida, ou desvirtuamento procedimental por desonestidade, caso esteja ciente e negligencie tal premissa.

c) QUANTO A SUPOSTA RELAÇÃO INTEREMPRESARIAL

O Sr. Marcelo Alves Pereira, na qualidade de sócio-administrador da TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, (GENRO do Sr. Walmir Mendes de Brito, da RioMed, que, por sua vez, é irmão do Sr. Valdir Mendes de Brito, da BRASILTEC, consequentemente, tio da consorte do senhor Marcelo Alves) aborda a intrincada relação de ordem familiar e extraprofissional entre os dirigentes das empresas concorrentes. Tal abordagem, ainda que tentasse configurar qualquer ilícito ou imoralidade, se apresenta como informação destituída de pertinência ao procedimento licitatório em análise.

Os motivos pelos quais a RioMed procurou impugnar o edital não se encontram sob minha alçada para discussão, notando-se que a referida empresa sequer participou do certame licitatório em questão. A assertiva de que haveria qualquer forma de interferência nos processos decisórios das empresas devido aos laços familiares dos sócios, culminando na alegação de criação de atestados falsos, além de constituir uma infração passível de punição legal, por se enquadrar como denúncia caluniosa, carece de fundamentação na realidade. Seria o mesmo que insinuar que a RioMed, através de seu sócio-administrador Sr. Walmir, influenciava as decisões na Tecnomed, que, até o primeiro semestre de 2023, compartilhava o mesmo endereço da RioMed Equipamentos, usufruindo de uma infraestrutura comum, incluindo equipamentos e espaço para manutenção.

Na verdade, Excelentíssimo Sr. Pregoeiro, todos os relatos, ainda que parciais, expostos no recurso apresentado pelo representante da Tecnomed, Sr. Marcelo, quando analisados em sua totalidade, não só se mostram destituídos de fundamento, mas também configuram narrativas potencialmente criminosas, alinhadas à personalidade beligerante e agressiva do Sr. Marcelo, que, inclusive, tem proferido ameaças contra profissionais das empresas mencionadas, não apenas àqueles com quem tem grau de parentesco, mas tem proferido ameaças aos funcionários e sócios que nada têm haver com seus devaneios. A situação atingiu um ponto tal que se fez imperiosa a abertura do boletim de ocorrência de nº 020-00474/2024 na Polícia Civil, registrando tais comportamentos, pois no ápice do descontrole e sem ter qualquer argumento plausível para um recurso sério, o Sr. Marcelo começou a "vistoriar" por conta própria os hospitais que forneceram os atestados, em uma dessas circunstâncias se encontrou com o Sr. Roberto, sócio da Brasiltec, frustrado por não encontrar nenhuma irregularidade, proferiu xingamentos e ameaças.

A realidade denota que não é uma ocorrência atípica, tampouco moral ou legalmente questionável, a inserção de membros de uma mesma família em uma esfera profissional comum, fenômeno este evidenciado pelo próprio Sr. Marcelo. Tal assertiva encontra respaldo no fato de que o mencionado indivíduo iniciou sua trajetória no âmbito das licitações somente após contrair matrimônio com a filha do sócio-administrador da RioMed, o Sr. Walmir, figura já estabelecida nesse domínio há muito tempo, que, ao longo de vários anos, contribuiu de maneira significativa, não se imiscuindo nas deliberações decisórias, mas aportando recursos estruturais, conhecimentos, e até mesmo disponibilizando profissionais, dada a ausência de contratos exclusivos vinculando estes últimos às empreitadas por eles conduzidas.

Ocorre que, atualmente, a prática que outrora se revelou fundamental para a ascensão do Sr. Marcelo a sua posição atual é submetida a distorções e questionamentos por parte do mesmo, como se intentasse atribuir a terceiros as frustrações, inaptidões e desventuras por ele enfrentadas. Tal quadro, é na realidade um cenário bastante triste e pesaroso.

d) DOS QUESTIONAMENTOS QUANTO AO REGISTRO DA BRASILTEC NO CREA E A CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Sr. Marcelo engendra uma confusa manobra com datas e nomes ao suscitar indagações acerca do registro da Brasiltec no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ao mesmo tempo em que: "uma vez que a licitante possui atestados suspeitos que precisam ter sua veracidade confirmada através de diligências." Assim sendo, prossigam-se com as diligências pertinentes, por meio das quais se ratificará a autenticidade e licitude dos atestados, assim como a excelência dos serviços prestados. Os serviços cujas datas discrepam dos registros junto ao CREA foram executados em estrita conformidade com as normas e especificações exigidas pelo contratante. Se a obrigatoriedade de registro junto ao CREA se aplica ou não a tais serviços, por serem conduzidos por profissionais técnicos, é uma questão que não compete ao destemperado Sr. Marcelo questionar, tampouco insinuar que não apenas a empresa Brasiltec incorre em ilicitudes, mas também os órgãos públicos que atestaram os serviços.

A lamentável realidade é que o Sr. Marcelo, infelizmente, demonstra uma falta de maturidade psicológica ao confrontar a realidade de sua inabilidade em administrar uma empresa de maneira ética e competente, sem o

suporte anteriormente provido por seu sogro. Ciente de sua incapacidade em oferecer serviços de qualidade com uma diferença de custos de R\$500,000,00 que aliviam os cofres públicos assim como a Brasiltec, ele recorre a ataques, ameaças e à construção de narrativas totalmente dissociadas da verdade objetiva.

Processo Nº:	1462	24
Rubrica	b	Fls: 8

e) DAS PSEUDOANÁLISES DAS DATAS DE SAÍDA E ENTRADA DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

O Sr. Marcelo engendra intencionalmente um panorama confuso, utilizando datas irrelevantes, a fim de desviar a atenção de sua total falta de compreensão acerca da distinção entre atestados de capacidade técnica-operacional e atestados de capacidade técnica-profissional. Embora ambos sejam pertinentes, concordamos que evidenciar a habilidade na gestão de serviços de engenharia é crucial. Entretanto, destaca-se que a responsabilidade técnica é substancialmente mais elevada, sobretudo no contexto hospitalar, onde a ausência de competência técnica profissional eficaz pode resultar em tragédias, ensejando até mesmo responsabilização criminal das empresas e profissionais envolvidos.

Para além disso, apresentou atestados de capacidade operacional com profissionais que não mais integram seu quadro, sendo que VICTOR ENRIQUE ROMERO SAAVEDRA e ADILSON ROBERTO ROCHA DA SILVA deram baixa em seus contratos em 06/04/2023 e o Sr. WECELEM SCHWARTZ DE AZEVEDO em 29/09/2023 (consulta possível através do link <https://portalservicos.crea-rj.org.br/#/app/consultas/empresas>) sendo que sua incapacidade de discernir um atestado do outro não o deixa perceber que os nomes dos profissionais no atestado técnico operacional não é tão relevante quanto ele quer fazer parecer ser ao ponto de nomear profissionais que não mais integram sua empresa, ao passo que apresenta seus atuais profissionais o Certificado de Acervo Técnico (CAT) sem atestados, como pode ser comprovado em sua própria documentação. Logo não contemplando o requisito técnico-profissional exigido no certame no item 22.2.4, o que acarretaria a sua inabilitação.

f) DOS PRINCÍPIOS DA VANTAJOSIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO

Portanto, é claro e evidente o total atendimento da recorrida às exigências do edital, especialmente relativo à qualificação técnica, e às especificações técnicas da solução apresentada, devendo ser completamente desconsiderado o presente recurso, que tem caráter manifestamente protelatório.

Como se verifica da ata do certame, a proposta da BRASILTEC que fora declarada vencedora é no patamar de R\$ 6.401.980,44 (seis milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos), enquanto a proposta da licitante subsequente na ordem de classificação é aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a maior, o que invariavelmente traria prejuízos desnecessários aos cofres públicos. Ora, não se pode olvidar que o escopo do procedimento licitatório é a busca da proposta mais vantajosa para a administração, que constitui um de seus princípios, ipso facto, não se antolha cabível desclassificar uma proposta totalmente compatível com as normas vigentes, em detrimento de um juízo razoável, sob pena de violar os princípios basilares da Licitação.

Ou seja, a inabilitação da recorrida ocasionará graves prejuízos à vantajosidade do presente certame, uma vez que seria excluída de forma indevida a proposta com o menor preço ofertado. Sobre o assunto, é impossível não destacarmos o que é disposto na Lei das Licitações:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nesse sentido ensina Carlos Pinto Coelho Motta:

"Como é sabido e exaustivamente reiterado na legislação, o princípio constitucional da economicidade é a própria razão de ser do instituto da licitação, figurando com destaque no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e exigindo que o procedimento represente vantagem concreta da Administração na contratação do bem ou serviço. Destarte, o processo competitivo não tem validade intrínseca, constituindo apenas um instrumento de melhoria do gasto público. Quando, por qualquer motivo, deixa de ser vantajoso para o órgão ou entidade licitadora, perde seu núcleo instrumental e torna-se ineficaz. Cumpre, então, eliminar todo elemento que não favoreça o epílogo necessário do certame – ou seja, a contratação do objeto exato pelo melhor preço." (MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Apontamentos ao regulamento licitatório das microempresas e empresas de pequeno porte – Decreto nº. 6.204/2007. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC. ed. 166. Brasília. Zênite. Dez/2007, p. 1179; grifamos)

Por fim, impossível esquecer o magistério de Marçal Justen Filho, que nos ensina que é lícito à administração realizar um bom negócio, sendo da total responsabilidade do particular os valores cotados em sua proposta, o que, inclusive, declarado no bojo da documentação entregue à Administração Pública. Evidente, portanto, a ilegalidade da intenção de inabilitar a empresa declarada vencedora, a qual cotou sua proposta em estrita consonância com sua realidade, experiência operacional e Legislação em vigor.

Assim, verifica-se que não subsistem as alegações feitas pela recorrente, devendo ser mantida a decisão administrativa que declarou a BRASILTEC como habilitada/classificada e vencedora do certame aqui trazido à baila. Veja-se que eventual decisão em sentido contrário descumprirá com o que é disposto de forma expressa no art. 3º da Lei nº 8.666/93, que determina a estrita vinculação dos atos administrativos realizados ao longo do certame licitatório às determinações contidas no edital da licitação.

Ou seja, pelo texto legal, não há como se aceitar a modificação da decisão, de forma que se pretenda declarar a BRASILTEC como inabilitada, uma vez que esta apresentou toda a sua documentação (proposta e habilitação) em estrita consonância com o que é determinado no edital. Portanto, deve ser mantida incólume a decisão.

Neste diapasão, tendo em vista que a licitante obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital, eventual reforma da decisão administrativa trazida à baila ferirá, ainda, o princípio do julgamento objetivo, malferindo, além do art. 3º, caput, os seguintes dispositivos da Lei nº 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

[...]

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

A Administração não pode criar critérios de julgamento não inseridos no edital ou deixar de seguir os que já estão ali definidos, pois estaria malferindo o princípio do julgamento objetivo, vez que o "edital não pode transferir para a Comissão a definição dos critérios de julgamentos; estes devem estar previamente explicitados no edital, sob pena de entregar-se à subjetividade da Comissão o julgamento das propostas" (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 539).

Portanto, estipulados os critérios e exigências a serem obedecidos pelos licitantes, a Administração Pública deve-lhes estrita observância, não sendo cabível evadir-se das regras que ela própria determinou e às quais aderiram os licitantes.

Veja-se que o entendimento pacificado na jurisprudência pátria é justamente nesse sentido, de que a Administração não pode desconsiderar o que foi estabelecido no edital ao realizar os julgamentos num procedimento licitatório. Cite-se, neste sentido, os seguintes julgados do STJ:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ACÓRDÃO QUE AFIRMA O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA PELO CANDIDATO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou antisonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos.

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

3. Na hipótese, o Tribunal reconheceu que o edital não exigia a autenticação online dos documentos da empresa. Rever essa afirmação, seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que não é possível no recurso especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial não conhecido."

(REsp 1384138/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)

"ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO DE CANDIDATA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E À POSSE NO CARGO. SITUAÇÃO PECULIAR. PREVISÃO EDITALÍCIA DE POSSIBILIDADE DE PROVIMENTO INFERIOR AO NÚMERO DE VAGAS.

1. O candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas tem direito líquido e certo à nomeação. Precedentes.

2. No presente caso, o edital condiciona as nomeações à necessidade do serviço, disponibilidade financeira e orçamentária e existência de cargos vagos, não vinculando a Administração à nomeação de número determinado de candidatos.

3. Dessa forma, deve prevalecer o estabelecido no instrumento convocatório, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da discricionariedade da Administração Pública.

4. Recurso ordinário não provido."

(RMS 37.249/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013)

Neste diapasão, cumpre que seja negado provimento ao pleito da recorrente, a fim de que se mantenha a decisão que declarou a BRASILTEC vencedora do pregão em tela, pois esta atendeu integralmente às exigências do edital.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, a BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA dirige-se respeitosamente ao Ilmo. Sr. Pregoeiro, com o propósito de requerer:

1 - A desqualificação do recurso apresentado pela TECNOMED SERVIÇOS, uma vez que:

1.1 - A BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA atendeu integralmente a todas as exigências estipuladas no edital;

1.2 - Os atestados apresentados, alvo de questionamento pela recorrente, são legítimos, sendo possível atestar sua veracidade por intermédio de documentos como notas fiscais, vistorias presenciais e depoimentos dos gestores que supervisionaram a efetiva execução dos serviços;

1.3 - O Sr. Pregoeiro mantenha a inabilitação da recorrente, que não logrou atender às determinações previstas no edital;

1.4 - Que todas as demais informações levantadas pelo gestor da TECNOMED, Sr. Marcelo, ostentam, de maneira evidente, uma desconexão com a realidade, além de denotar um desequilíbrio psicológico notório, propenso a fabricação de inverdades e, inclusive, a adoção de posturas potencialmente criminosas.

Expressamos, com elevada estima e consideração, nossos mais firmes protestos.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2024.

Processo Nº:	1462	24
Rubrica	Q	Fls: 10

ROBERTO LUIZ DE LIMA
DIRETOR

[Voltar](#) [Fechar](#)

Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/2023

1 mensagem

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

25 de janeiro de 2024 às 16:24

Para: robertocentraltecnica@hotmail.com

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar informações complementares aos Atestados de Capacidade Técnica, em anexo, emitidos pelo Hospital Maternidade Herculano Pinheiro, Hospital Municipal Jesus e HSCOR - Hospital do Coração de Duque de Caxias, apresentado pela empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, como exigência de Qualificação Técnica no Pregão Eletrônico nº 242/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na forma que dispõe o subitem 29.5 do edital.

29.5. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

A fim de complementar informações que não constam do atestado solicitamos que sejam enviados os documentos referentes à contratação, que ensejaram a emissão do atestado, quais sejam, contratos de prestação de serviços, notas de empenhos, ordem de serviço, Notas Fiscais, cujo objeto seja **Serviço de Engenharia Clínica**.

Solicitamos que sejam enviados os documentos que contenham as informações referentes a todos os anos informados nos respectivos atestados





PRAZO PARA RESPOSTA 30/01/2024**FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.**

Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A**4 anexos**

-  **Atestados Herculano Pinheiro 2.pdf**
523K
-  **Atestados HSCOR.pdf**
448K
-  **Atestado Hospital Jesus.pdf**
504K
-  **Atestados Herculano Pinheiro.pdf**
506K



Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

Processo Nº:	1462/24
Rubrica	Fls: 12

Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/202

1 mensagem

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

25 de janeiro de 2024 às
16:37

Para: hscor@hscor.com.br

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar informações complementares ao Atestado de Capacidade Técnica, em anexo, emitido pelo Hospital do Coração de Duque de Caxias, apresentado pela empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, como exigência de Qualificação Técnica no Pregão Eletrônico nº 242/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na forma que dispõe o subitem 29.5 do edital.

29.5. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

A fim de complementar informações que não constam do atestado solicitamos que sejam enviados os documentos referentes à contratação, que ensejaram a emissão do atestado, quais sejam, contratos de prestação de serviços, notas de empenhos, ordem de serviço, Notas Fiscais, cujo objeto seja **Serviço de Engenharia Clínica**.

Solicitamos que sejam enviados os documentos que contenham as informações referentes a todos os anos informados nos respectivos atestados

PRAZO PARA RESPOSTA 30/01/2024

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.

Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II



Atestados HSCOR.pdf
448K

Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/202

1 mensagem

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

25 de janeiro de 2024 às
16:35

Para: hmjesus@rio.rj.gov.br

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar informações complementares ao Atestado de Capacidade Técnica, em anexo, emitido pelo Hospital Municipal Jesus, apresentado pela empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, como exigência de Qualificação Técnica no Pregão Eletrônico nº 242/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na forma que dispõe o subitem 29.5 do edital.

29.5. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

A fim de complementar informações que não constam do atestado solicitamos que sejam enviados os documentos referentes à contratação, que ensejaram a emissão do atestado, quais sejam, contratos de prestação de serviços, notas de empenhos, ordem de serviço, Notas Fiscais, cujo objeto seja **Serviço de Engenharia Clínica**.

Solicitamos que sejam enviados os documentos que contenham as informações referentes a todos os anos informados nos respectivos atestados

PRAZO PARA RESPOSTA 30/01/2024**FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.**

Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

**Atestado Hospital Jesus.pdf**

504K

Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/202

1 mensagem

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

25 de janeiro de 2024 às 16:27

Para: uishpinheiro@rio.rj.gov.br

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar informações complementares aos Atestados de Capacidade Técnica, em anexo, emitidos pelo Hospital Maternidade Herculano Pinheiro, apresentados pela empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, como exigência de Qualificação Técnica no Pregão Eletrônico nº 242/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na forma que dispõe o subitem 29.5 do edital.

29.5. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

A fim de complementar informações que não constam do atestado solicitamos que sejam enviados os documentos referentes à contratação, que ensejaram a emissão do atestado, quais sejam, contratos de prestação de serviços, notas de empenhos, ordem de serviço, Notas Fiscais, cujo objeto seja **Serviço de Engenharia Clínica**.


Solicitamos que sejam enviados os documentos que contenham as informações referentes a todos os anos informados nos respectivos atestados

PRAZO PARA RESPOSTA 30/01/2024**FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.**

Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A**2 anexos** **Atestados Herculano Pinheiro 2.pdf**
523K **Atestados Herculano Pinheiro.pdf**
506K



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Processo Nº:	1402 / 24
Rubrica:	8
Fls:	15

Página: 1/2
Data: 03/01/2024

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

2278/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/03/2024

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2021200538
Razão Social: BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
CNPJ: 24.727.332/0001-30
Data Registro: 03/05/2021
Endereço: RUA JOAQUIM MEIER 800 LINS DE VASCONCELOS - RIO DE JANEIRO - RJ, CEP: 20710-125

RAMOS ATIVIDADE :

1060-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA SANITARIA / OS ENG SANITARIA
1160-0 ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL
2010-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA
2030-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA
2040-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES / OS ENG DE TELECOMUNICACOES
3020-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 400.000,00 (MATRIZ)

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

MARIO CESAR DE LEMOS SANTOS

Carteira Nº RJ-129598/D

RNP: 2011017467

TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO

Atribuições: RES 218/73 - ART 12(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 02/01/2024

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA

VICTOR ENRIQUE ROMERO SAAVEDRA

Carteira Nº RJ-135621/D

RNP: 2003531548

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETTRONICA

Atribuições: RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)

RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 28/11/2023

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA

Inclusão como QT: 28/11/2023

Expedida em: 05/01/1996 pelo Crea-RJ

Registro: 1992102714 expedido em 22/09/1992

Inclusão como RT: 02/01/2024

Expedida em: 15/07/1996 pelo Crea-RJ

Registro: 1994100991 expedido em 04/02/1994

Inclusão como RT: 28/11/2023

Inclusão como RT: 28/11/2023



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 2/2
Data: 03/01/2024

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

2278/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/03/2024

Processo Nº: 1462/2024
Rubrica: S Fls: 16

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 2278/2024)

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES / OS ENG DE TELECOMUNICACOES

Inclusão como QT: 28/11/2023

Inclusão como RT: 28/11/2023

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA SANITARIA / OS ENG SANITARIA, ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA, OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA, OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES, OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado.

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 2278/2024

Emitida às: 03/01/2024 15:19 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.24739081149652697

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

**Raio-X do
Fornecedor**MINISTÉRIO DA
CIDADANIA E INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOSGOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIDADE DE RECONSTRUÇÃOProcesso Nº: 1462/2014
Rubrica: 6 Fls: 17[Perguntas frequentes](#)[Contato](#)[Home](#)[Painel de Compras](#)[Painel Covid-19](#)[API de dados abertos](#)[Vídeos Tutoriais](#)**VOCÊ ESTÁ AQUI:** HOME > RAIO-X DO
FORNECEDOR > **DETALHES DO FORNECEDOR**

BEM-VINDO(A),

[SAIR](#)**DADOS DO FORNECEDOR - SICAF****RAZÃO SOCIAL**

BRASILTEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

VENCIMENTO DO CADASTRO**25/04/2024****NOME FANTASIA**

BRASILTEC

PORTE

MICRO EMPRESA

**CNPJ**

24.727.332/0001-30

DATA ABERTURA

04/05/2016

INSCRIÇÃO ESTADUAL

12.033.974

CAPITAL SOCIAL

R\$ 670.000,00

CNAEMANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS
ANTERIORMENTE**ENDEREÇO**

RUA JOAQUIM MEIER, 00800 - LINS DE VASCONCELOS

CEP

20710-125

MUNICÍPIO/UF

RIO DE JANEIRO / RJ

TELEFONE 1

(21) 2146-6226

TELEFONE 2

(21) 2146-6226

E-MAIL DA EMPRESA

ROBERTOCENTRALTECNICA@HOTMAIL.COM

RESPONSÁVEL PELO CADASTRO

ROBERTO LUIZ DE LIMA

INFORMAÇÕES GERAIS - SICAF

CONDIÇÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES (IMPEDIMENTO):



SÓCIO(S) SEM VÍNCULO COM SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S):



REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA FEDERAL:



REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL/DISTRITAL E MUNICIPAL:



SANÇÃO(ÕES) IMPEDITIVAS(S) - SICAF

0



VIGENTES

OCORRÊNCIA(S) IMPEDITIVA(S) INDIRETA(S) - SICAF

0

VIGENTES

QUADRO SOCIETÁRIO

1

Sócios
Pessoa Física

0

Sócios
Pessoa Jurídica

SÓCIO
VALDIR MENDES DE BRITO
COTA

50,00 %

Processo Nº:	1462/24
Rubrica:	p
Fls:	19

Fonte: Dados obtidos nas bases de dados do SICAF e da Receita Federal do Brasil.

RELACIONAMENTO ENTRE EMPRESAS, SÓCIOS E CÔNJUGES



VALDIR MENDES DE BRITO



BRASILEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
BRASILEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA



Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/202

Luciana Allegretti <lucianaallegretti.hmj@gmail.com>
Para: pregao2.novafriburgo@gmail.com

2 de fevereiro de 2024 às 20:11

Prezado,

Em atendimento ao solicitado, informamos que a empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, prestou serviços de manutenção de equipamentos médico hospitalares no Hospital Municipal Jesus, através de Dispensa de Licitação - Lei 8.666/93 art. 24II (NE 495/23) e do Sistema Descentralizado de Pagamento (cheque nº 854.814). Segue em anexo cópia da nota de empenho emitida.

Atenciosamente,



Luciana dos S. Allegretti


Diretora de Infraestrutura e Logística

Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal Jesus

+55 (21) 2254-0272 Ramal: 229

prefeitura.rio    

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **Empenho H.M.J..pdf**
533K



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
NOTA DE EMPENHO Nº 2023/000495

PROCESSO Nº
 0959/000142/2023
 DATA FL

RUBRICA

ESPÉCIE DE EMPENHO	DATA PUBLICAÇÃO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	F.R.	D.V.
Global	27/06/2023	18.67.10.302.0306 2009	3 3.90.39 04	1 600.1 81	0

ÓRGÃO MUNICIPAL
 Hospital Municipal Jesus
 CNPJ
 042.498.733/0001-48

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
 Hospital Municipal Jesus

NOME DO FAVORECIDO
 BRASILTEC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
 CNPJ/CPF/MATRÍCULA
 024.727.332/0001-30

ENDEREÇO
 RUA GLORIA MARIA, 80 VILA SANTA CRUZ
 INSCR. ESTADUAL
 12.033.974
 INSCR. MUNICIPAL

CIDADE	U.F.	CEP	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
DUQUE DE CAXIAS	RJ	25.240-290	33	0226	130064435

TIPO DE LICITAÇÃO
 DISPENSA- CONFORME LEI 8666 ARTIGO 24 INCISO II

VALOR DESTA EMPENHO
 R\$ 16.990,00 DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA REAIS

OBSERVAÇÕES:
 SERVIÇO DE MONITORES E MICROSCOPIO - NAD 449

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2023.

CONFERE

Rosilene Salles S. de Sousa
 Chefe II - Setor de Compras
 Mat.: 12.237.959-2
 S/SUB/UE/IN/11

VISTO

Luciana S. Allegretti
 Diretora de Infraestrutura e Logística
 S/SUB/UE/IN/11
 Mat.: 11.279.145



EXTRATO DO TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPÉCIE

Termo de Prestação de Serviços nº 01-019/2019, oriundo do Pregão Eletrônico nº 010/2019, do tipo menor preço global, com base na lei federal 10.520/02, constante no Processo Administrativo nº 51.364/2017.

PARTES

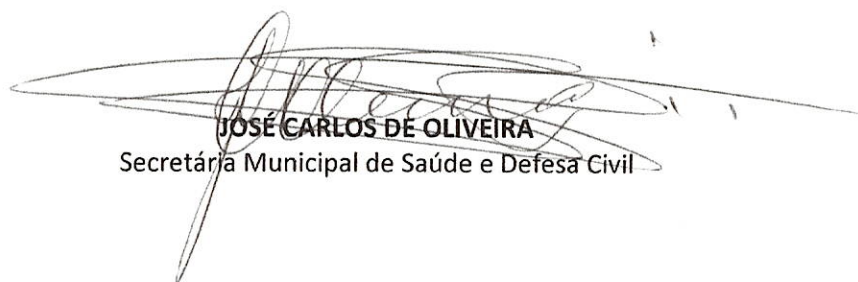
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, e, de outro lado, TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.922.238/0001-90, neste ato, representado pelo Sr. MARCELO ALVES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 103.096.567-61.

OBJETO

O objeto do presente termo é a prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ. O valor global deste Contrato é de R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais). A despesa parcial deste Termo será coberta pela Nota de Empenho:

Nº	DATA	VALOR	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
430	05/06/2019	R\$ 669.375,00	1491	10	302	0018	2259	3.3.90.39.00	03

DATA DE ASSINATURA: Duque de Caxias, 05 de junho de 2019.


JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde e Defesa Civil



Número do Processo Administrativo	51.364/2017
Modalidade da Licitação	Pregão Eletrônico nº 010/2019
Tipo de Licitação	MENOR PREÇO GLOBAL
Espécie do Contrato	TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Data de assinatura	05/06/2019
Prazo	12 (doze) meses
Valor global	R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
Número, data e valor do Empenho	Nota de Empenho nº 430, emitida em 05/06/2019, no valor de R\$ 669.375,00
Dados secundários	O objeto do presente termo é a prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ



PREFEITURA
**DUQUE DE
CAXIAS**

Processo Nº	1402/24
Rubrica	4
Fls.	24

Espécie: TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Livro: 01/2019

Termo: 01-019/2019

Fls.: 163/172

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**, ATRAVÉS DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL** E, DE OUTRO LADO **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, ORIUNDO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2019, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, COM BASE NA LEI FEDERAL 10.520/02, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, localizado na Alameda Dona Esmeralda, nº. 206 - Jardim Primavera, Duque de Caxias, RJ, inscrito no CNPJ nº. 29.138.328/0001-50, neste ato representado, por seu Prefeito **WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 084.731.983, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.118.467-94, que delega competência através da Lei Municipal nº 2825 de 06/01/2017, ao Ilmo. Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, médico, portador do CRM nº 5259462-4, e inscrito no CPF nº 142.808.681-15, e de outro lado, **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.922.238/0001-90, localizada à Avenida Lobo Junior nº 812, AP. 812A e 812B Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.020-125, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, técnico em eletrônica, portador da cédula de identidade nº 020176255-6 expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 103.096.567-61, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº 51.364/2017, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – (Legislação Aplicável)

Este Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei 10.520/2002, Lei Municipal nº 2825 de 06/01/2017, Decreto Municipal nº 4296, Decreto Municipal nº 6.776/2017, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 2.739/2015, e, no que couber, toda a legislação aplicável à espécie, bem como pelos preceitos de direito público, pela proposta da Contratada e pelas Cláusulas deste Contrato.



Parágrafo Único - A **CONTRATADA** declara conhecer todas as normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras dela constantes, ainda que não expressamente transcritas neste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – (Objeto)

O objeto do presente termo é a **prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ**, conforme o Processo Administrativo nº 51.364/2017.

Parágrafo Único - A prestação de serviço será executada com obediência rigorosa, fiel e integral a todas as exigências, prazos, condições gerais e especiais, constantes do PROCESSO, bem como nos detalhes e instruções fornecidas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – (Valor e Empenho)

O valor global deste Contrato é de R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais), conforme constante no Processo Administrativo nº 51.364/2017.

Parágrafo Único – A despesa **parcial** deste Termo, mencionada no *caput* desta CLÁUSULA, será coberta pela **Nota de Empenho**:

Nº	DATA	VALOR	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
430	05/06/2019	R\$ 669.375,00	1491	10	302	0018	2259	3.3.90.39.00	03

Parágrafo Segundo – O complemento do valor global mencionado no *caput* desta Cláusula será pago mediante a emissão de nota de empenho complementar em momento oportuno.

CLÁUSULA QUARTA – (Prazo)

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura pelas partes, conforme exposto no Termo de Referência acostado aos autos do Processo Administrativo nº 51.364/2017.

CLÁUSULA QUINTA – (Forma e Prazo de Pagamento)

O pagamento será realizado em processo administrativo autônomo, obedecidas as regras estabelecidas em Decreto Municipal que regular a matéria, que no ato da assinatura será entregue, em cópia, à **CONTRATADA**.

